

O Primeiro-ministro, José Maria Neves, recebeu esta segunda-feira, 15, o Representante Regional do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o maliano Mamadou Lamine NDongo, com quem discutiu a assinatura de alguns acordos de financiamento importantes com o Governo, para além do apoio que a instituição poderá dar ao processo de reconstrução de Chã das Caldeiras e da ilha do Fogo, após a erupção vulcânica. A situação na ilha do Fogo foi uma das questões essenciais desta conversa entre os dois dirigentes, com o Primeiro-ministro a sublinhar a importância do apoio que se espera do BAD e de toda a Comunidade Internacional no esforço de reconstrução da ilha do Fogo. Os danos, como José Maria Neves já teve oportunidade de frisar, são enormes ultrapassando os 50 milhões de euros e será quase impossível o país fazer face a este desafio sozinho. Acrescentam-se ainda as dificuldades de um ano de seca. É nesta linha que Neves e NDongo acordaram a realização em Janeiro próximo, de um fórum do Governo com os principais parceiros e instituições financeiras internacionais e a sociedade civil, sobretudo da ilha do Fogo, para a identificação de todas as necessidades de reconstrução da ilha do Fogo. Isso para que se possa ver, “que mais recursos teremos de mobilizar na arena internacional”, sublinhou Neves. Sobre esta matéria ainda, o Primeiro-ministro aproveitou para informar sobre os esforços a nível nacional para responder às necessidades imediatas e que se prendem com o alojamento, alimentação e bem-estar das centenas de deslocados devido à erupção, nomeadamente a mobilização de cerca de 45 mil contos, no quadro do Orçamento de Estado, e o aumento do IVA em 0,5% do IVA, para além das muitas acções voluntárias de solidariedade que têm sido desenvolvidas ao nível interno e da Diáspora. Aqui, mais uma vez, José Maria Neves insiste que este aumento do IVA não se aplica aos bens alimentares essenciais nem à água e electricidade, sendo que também não se irá mexer nos impostos sobre rendimentos, “tratando-se de um imposto sobre a despesa”. Um esforço, portanto, suportável para os cabo-verdianos e que permitirá arrecadar cerca de 370 mil contos. Uma quantia que está longe de cobrir as necessidades com essa segunda fase de reconstrução. Quanto aos acordos que deverão ser objecto de maior desenvolvimento aquando do referido fórum de Janeiro, estes têm a ver com a conclusão de alguns projectos em curso, entre os quais a expansão do aeroporto internacional da Praia-Nelson Mandela e da segunda fase do parque tecnológico, para além do financiamento do novo porto do Maio.